

# Diário do Legislativo de 09/05/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - Reuniões de Comissões

#### 2 - ORDENS DO DIA

##### 2.1 - Plenário

##### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

## ATAS

### ATA DA 40ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Luiz Tadeu Leite, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Márcio Kangussu. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado João Leite, informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre a ocorrência de violência e mortes no acampamento da Bandeira Vermelha, no Município de Betim, e apreciar a matéria constante na pauta e procede à leitura da seguinte correspondência: ofício da Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, informando que o pedido de proteção policial para os Srs. Ivo de Castro Machado, Nagib Santana Souza, Júlia Marilda Ferreira e Otávio Guimarães Oliveira, ameaçados de morte no caso do assentamento de trabalhadores rurais ocorrido no Município de Pompéu, foi encaminhado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme publicado no "Diário do Legislativo" em 15 de abril último; ofício do Coronel José Antoninho de Oliveira, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, informando que não será possível colocar uma viatura à disposição do Município de Paineiras até que novos veículos sejam adquiridos, conforme publicado no "Diário do Legislativo" em 15 de abril último; relatório do Sr. Gildásio José Ribeiro, Presidente do Sindicato Metazita, informando sobre a situação dos trabalhadores metalúrgicos do Vale do Aço; fax do Deputado Marcos Rolim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, solicitando relatório da visita da Comissão ao Manicômio Judicial de Barbacena; carta da Sra. Vanda Nogueira Miranda, irmã de Elizabeth da Silva Nogueira, desaparecida em 1999 em frente ao Shopping Del Rey, solicitando que a Delegada Margaret de Freitas Assis retorne ao caso; ofício da Sra. Patrícia Audi, Gerente de Promoção de Direitos Humanos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, informando que os casos de não-cumprimento dos dispositivos legais referentes à classificação de filme para cinema, televisão e vídeo deverão ser encaminhados aos Juízes e Promotores da Infância e da Juventude; carta de parentes de detentos da Cadeia Pública de São João del-Rei denunciando a existência de presos com problemas de desnutrição e de saúde e sem atendimento médico e solicitando ajuda da Comissão; carta do detento Ailton dos Santos informando que está preso injustamente e pedindo providências; carta do detento Grimaldo Alves Cabral solicitando sua transferência para uma penitenciária, para que ele possa trabalhar; carta do detento Valter França Paixão informando que se encontra preso devido a uma "brincadeira de mau-gosto" e solicitando auxílio da Comissão; carta do detento Anísio da Silva Santos informando que foi condenado injustamente e pedindo providências; carta de moradoras de Ponte Nova denunciando que seus filhos foram vítimas de agressões e abusos de poder por parte de policiais militares e pedindo auxílio da Comissão para agilizar o inquérito que apura essas denúncias; ofício do Sr. José Roberto Gonçalves de Rezende, Ouvidor da Polícia, informando que as denúncias formuladas pelo Sr. Gilmar Francisco Santana de que foi espancado por policiais militares no Município de Candeias foram consideradas improcedentes pelas Polícias Civil e Militar, conforme publicado no "Diário do Legislativo" em 15 de abril último; ofício do Sr. José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos, informando que a solicitação de transferência do recuperando Eurípedes Donizete Ribeiro Lopes foi encaminhada para a apreciação do Juiz da Vara de Execuções Penais, informando ainda que as denúncias de irregularidades na Delegacia da Seccional Leste foram encaminhadas ao Secretário Estadual da Segurança Pública; carta do detento Vanderlei de Oliveira Vieira solicitando ajuda para a obtenção dos benefícios a que tem direito e para a sua transferência para uma penitenciária; carta do detento Ronaldo Costa da Silva denunciando que é vítima de injustiça e solicitando a revisão de seu processo; carta do Sr. Waldomiro Moreira de Oliveira, ex-Diretor de Reeducação da Penitenciária de Ipaba, informando que foi vítima de injustiça ao ser exonerado, enquanto se encontrava em licença médica e pedindo ajuda da Comissão; correspondência do Sr. José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos, encaminhando ofício do Sr. José Roberto Gonçalves de Rezende em que informa que as denúncias de abusos cometidos por policiais militares do destacamento de Uruana de Minas contra o Sr. Samarone de Jesus Kruger foram apuradas e os policiais envolvidos punidos administrativamente; carta de professores da rede municipal de Belo Horizonte agradecendo o apoio dos parlamentares desta Casa à extinção de processo administrativo contra eles. Passa-se à fase de discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.269/2000. A seguir, inicia-se a fase de discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados os seguintes requerimentos: 1 - do Deputado Durval Ângelo em que solicita seja realizada audiência pública para debater atos de vandalismo e desrespeito ocorridos nos arredores da Av. Alfredo Balena, conforme denúncia da Comissão Pastoral de Direitos Humanos, com a presença dos convidados que menciona; 2 - do Deputado Marcelo Gonçalves em que solicita seja realizada uma audiência pública para se discutir o Projeto de Lei nº 797/2000, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, com a Emenda nº 1, do Deputado João Leite, em que solicita sejam esclarecidas as dificuldades por que passa a Associação de Pais e Amigos dos Portadores de Deficiências Visuais- APADV-; 3 - do Deputado Luiz Tadeu Leite solicitando providências do Secretário de Estado da Segurança Pública para agilizar e concluir o inquérito aberto para apurar as mortes ocorridas na Vila Bandeira Vermelha, em Betim; 4 - da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja enviado ofício ao Procurador-Geral de Justiça pedindo informações sobre denúncia que envolve o Sr. Marcelo Haddad e o Promotor Dimas Messias Carvalho, de Lavras; 5 - da Deputada Maria Tereza Lara solicitando seja encaminhada moção de apoio à Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte pela sua iniciativa de impetrar ação junto ao STF contra ação policial truculenta contra os trabalhadores rurais sem terra, os índios e lideranças de movimentos organizados no último dia 22 de abril no Estado da Bahia, quando das comemorações dos 500 anos do Brasil. Ato contínuo, o Presidente convida a compor a mesa os Srs. Delegado Wagner Vidal, de Betim, representante do Secretário de Estado da Segurança Pública, Major Alexandre Lucas Alves, representante do Cel. PM Mauro Lúcio Gontijo, Comandante da Polícia Militar, José Roberto Gonçalves de Rezende, Ouvidor da Polícia, Sebastião Antônio Izaú, representante do Movimento das Comissões de Luta, Jeny Francisco, representante da Luta Popular pela Moradia- LPM -, Ellen Izis Mendes, Presidente da União Nacional dos Servidores Públicos de Betim, Gerson

Lima, representante da Liga Operária e Camponesa, Ézio Sena, do Comitê de Apoio à Vila Bandeira Vermelha, e Licínio Baia. O Presidente passa a palavra aos Deputados e convidados, e, em seguida, inicia-se a fase de debates, com a participação de todos, conforme consta nas notas taquigráficas. Apresentam denúncia os Srs. Antônio Carlos de Assis e Geraldo Eugênio Faria dos Santos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2000.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Glycon Terra Pinto - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves.

#### ATA DA 34ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas do dia vinte e seis de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Chico Rafael, Sargento Rodrigues, Sebastião Navarro Vieira, Antônio Carlos Andrada (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús, por indicação da Liderança do PSDB) e Cristiano Canêdo (substituindo o Deputado Arlen Santiago, por indicação da Liderança do PTB), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ailton Vilela, Eduardo Brandão, Fábio Avelar, José Milton e Márcio Kangussu. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, comunica o recebimento do Projeto de Lei Complementar nº 22/2000 e designa o Deputado Agostinho Patrús relator da matéria no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Deputado Antônio Júlio apresenta requerimento solicitando que o Projeto de Lei Complementar nº 17/99 seja apreciado em último lugar. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. A Presidência informa que continua em discussão o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 21/99, do Governador do Estado, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Sebastião Navarro Vieira apresenta proposta de substitutivo ao parecer. Encerra-se a fase de discussão. O parecer é colocado em votação, salvo proposta de substitutivo, e é aprovado. A proposta de substitutivo é colocada em votação e aprovada. O Presidente determina que, nos termos do art. 138, § 1º, do Regimento Interno, faça-se a nova redação do parecer, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, ficando prejudicada a Emenda nº 1. Colocada em votação, é aprovada a nova redação do parecer. A seguir, a Presidência informa que continua em discussão o parecer sobre a emenda e o substitutivo apresentados em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 154/99, do Governador do Estado, que conclui pela aprovação da Emenda nº 3, apresentada em Plenário, ficando prejudicada a Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1. O Deputado Sargento Rodrigues usa a palavra e faz a leitura da Proposta de Substitutivo nº 2, da CPI do IPSM. Encerrada a fase de discussão, é colocado em votação e aprovado o parecer do relator, salvo a Proposta de Substitutivo nº 2. Colocada em votação, a Proposta de Substitutivo nº 2 é aprovada. O Presidente determina que, nos termos do art. 138, § 1º, do Regimento Interno, faça-se a nova redação do parecer, que conclui pela rejeição do Substitutivo nº 1, pela rejeição das Emendas nºs. 1 a 3 e pela aprovação da proposição na forma do Substitutivo nº 2. A Emenda nº 1 ficará prejudicada com a aprovação do Substitutivo nº 1 ou nº 2. Colocada em votação, a nova redação do parecer é aprovada. Continua em discussão, no 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que recebeu do relator, Deputado Chico Rafael, parecer pela aprovação com as Emendas nºs. 1, 2, 4 a 11, 13, 14, 15 e 17 a 20, da Comissão de Constituição e Justiça; 21 a 57, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição da Emenda nº 3, ficando prejudicadas as Emendas nºs. 12 a 16. O Presidente informa que na última reunião houve distribuição de avulsos do referido parecer. O Deputado Chico Rafael apresenta requerimento em que solicita seja adiada a discussão do parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 17/99. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposição da Comissão. O Deputado Fábio Avelar apresenta requerimento solicitando a realização de audiência pública na Câmara Municipal de Lagoa Santa com a finalidade de se ouvirem esclarecimentos sobre a aplicação da Portaria nº 3, do Ministério das Comunicações, pelas empresas TELEMAR, TELEMIG Celular, Maxitel e Vesper. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. A seguir, o Deputado Sargento Rodrigues apresenta requerimento solicitando sejam convidadas as pessoas que mencionam para debater em audiência pública, o Projeto de Lei Complementar nº 17/99. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Agostinho Patrús - Arlen Santiago - Chico Rafael - Doutor Viana.

#### ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre a proposta de emenda à constituição nº 33/2000

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Prosseguindo, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Márcio Decat de Moura, Procurador-Geral da Justiça do Estado, e Marcelo Leonardo, Presidente da OAB - Seção Minas Gerais; o Cel. PM Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da PMMG; o Cel. PM QOR Edwaldo Piccinini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da PMMG; o Cel. PM QOR Zeder Gonçalves do Patrocínio, Vice-Presidente da União do Pessoal da PMMG, e o Cel. PM Jair José Dias, ex-Comandante-Geral da PMMG. O Presidente passa a palavra ao Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que motivou esta reunião, para suas considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra aos convidados acima citados (com exceção dos dois primeiros, que não compareceram), que fazem suas exposições sobre o tema objeto da Comissão. Após, o Presidente transforma a reunião em audiência pública e concede a palavra ao público presente, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2000.

Cabo Morais, Presidente - Paulo Piau - Antônio Carlos Andrada.

#### ATA DA 8ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Benê Guedes, Chico Rafael, Olinto Godinho, Sebastião Navarro Vieira e Mauro Lobo (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús, por indicação da Liderança do PSDB), membros da comissão de Administração Pública; Mauro Lobo, Miguel Martini, Olinto Godinho, Sebastião Navarro Vieira e Ivo José (substituindo este ao Deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do PT), membros da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A reunião se destina a apreciar os pareceres para o 1º turno, no âmbito destas Comissões, do Projeto de Lei nº 846/2000, do Tribunal de Contas, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, designado relator da proposição pela Comissão de Administração Pública, que emite seu parecer pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra ao Deputado Miguel Martini, designado relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que solicita prazo regimental para emitir seu parecer. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Ivo José apresenta requerimento de sua autoria, juntamente com a Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita sejam convidados os Presidentes do Tribunal de Contas, do Sindicato dos Servidores e da Associação dos Servidores do mesmo Tribunal para participarem de reunião a ser realizada por estas Comissões, com a finalidade de se debater o Projeto de Lei nº 846/2000. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Com a palavra, o Deputado Miguel Martini, que apresenta requerimento em que solicita ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado encaminhe informações sobre qual o montante gasto com pessoal e seu percentual em relação à receita corrente líquida do Estado. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Maria Tereza Lara - Doutor Viana - Mauro Lobo - Rêmoló Aloise - Márcio Cunha - Miguel Martini - Rogério Correia.

#### ATA DA 36ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Cristiano Canêdo, Dimas Rodrigues, Miguel Martini e Pastor George, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Miguel Martini, comunica aos membros que, uma vez distribuído o relatório do Deputado Cristiano Canêdo sobre a visita ao hospital psiquiátrico de Barbacena, caso haja algum questionamento sobre ele, este deverá ser feito no final da reunião. O Deputado Miguel Martini, informa que a reunião se destina a debater a política de medicamentos no Brasil e, neste interim, passa a Presidência ao Deputado Edson Rezende por ter que se ausentar da reunião. A seguir, o Presidente convida a tomar assento à mesa as seguintes autoridades: Sr. Carlos Alberto Pereira Gomes, Coordenador da Área de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado da Saúde, representando o Secretário da Saúde; Sr. Júlio César Martins Siqueira, Coordenador da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais, e Sr. Rilke Novato Públio, Diretor do Sindicato dos Farmacêuticos. Antes de passar a palavra aos convidados, o Presidente empossa o Deputado Pastor George como Vice-Presidente da Comissão. Prosseguindo, o Deputado Edson Rezende justifica o motivo que levou o Deputado Adelmo Carneiro Leão a formular o convite. Prosseguindo, o Presidente, Deputado Edson Rezende, passa a palavra pela ordem acima mencionada, conforme consta nas notas taquigráficas. Participam dos debates todos os parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2000.

Miguel Martini, Presidente - Edson Rezende - Dimas Rodrigues - Cristiano Canêdo.

#### ATA DA 40ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas do dia vinte e sete de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Doutor Viana, Maria Tereza Lara e Antônio Genaro (substituindo este ao Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do PSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das proposições a seguir citadas para as quais designa os respectivos relatores: Projetos de Lei nºs 940, 944, 948 e 950/2000, Deputado Ermano Batista; 943, 949 e 951/2000, Deputado Antônio Júlio; 935 e 938/2000, Deputado Agostinho Silveira; 939, 941 e 945/2000, Deputado Bené Guedes; 901 e 946, Deputado Irani Barbosa; 936, 942 e 947/2000, Deputado Paulo Piau; 937 e 952/2000, Deputada Maria Tereza Lara. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade dos Projetos de Lei nºs 109/99, 868/2000 na forma do Substitutivo nº 1 e 891/2000 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara); 870, 897 na forma do Substitutivo nº 1 e 902/2000 com as Emendas 1 a 3 (relator: Deputado Antônio Genaro); 880, 890 e 909/2000, estes dois últimos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Antônio Júlio); 893 na forma do Substitutivo nº 1 e 904/2000 (relator: Deputado Doutor Viana); 916/2000 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Paulo Piau) e 922/2000 (relator: Deputado Ermano Batista) e os pareceres que concluem pela inconstitucionalidade, pela antijuridicidade e pela ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 845/2000 (relator: Deputado Antônio Júlio); 850/2000 (relator: Deputado Agostinho Silveira), registrando-se em ambos o voto contrário da Deputada Maria Tereza Lara; 869/2000 (relator: Deputado Antônio Genaro) e 908/2000 (relator: Deputado Doutor Viana). O Projeto de Lei Complementar nº 25/2000 teve sua discussão adiada em virtude de aprovação de requerimento pela Comissão. O Projeto de Lei nº 852/2000 foi retirado de pauta pela Presidência, atendendo a requerimento do autor, que solicitou sua retirada de tramitação. Os Projetos de Lei nºs 915 e 923/2000 foram retirados da pauta em virtude de aprovação de requerimentos pela Comissão. O Projeto de Lei nº 913/2000 foi convertido em diligência ao autor por determinação da Presidência. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 746/99 com a Emenda nº 1 e 783/99, 860/2000 com Emenda nº 1, 866/2000 com Emenda nº 1, 881/2000 com Emenda nº 1, 887, 889, 895, 906/2000 com a Emenda nº 1, 911/2000 com a Emenda nº1, 918/2000 com a Emenda nº 1, 919, 920, 925 e 928/2000 (relator: Deputado Antônio Júlio); 907, 912 e 933/2000 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara). Nos termos do art. 185 do Regimento Interno, a Presidência determina o envio dos Projetos de Lei nºs 845, 850, 869 e 908/2000 ao Plenário para inclusão dos pareceres em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2000.

Ermano Batista, Presidente - Cabo Morais - Paulo Piau - Bené Guedes.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de CPI do Fundo SOMMA

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Rêmoló Aloise, Ivo José, João Paulo e Luiz Fernando Faria, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivo José, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, informa que a reunião se destina a apreciar proposições de interesse da Comissão. A seguir, o Presidente procede à leitura da seguinte correspondência: ofício do Deputado José Milton comunicando sua impossibilidade de comparecer a reunião da CPI na presente data, por ter sido convocado a representar o Governador na solenidade do Fogo Simbólico; ofício dos Vereadores Marcos Remis dos Santos e Alcides Dornelas dos Santos, de Patrocínio, esclarecendo e apresentando denúncia sobre a aplicação do Fundo SOMMA, na cidade de Patrocínio. Na fase de apresentação de proposições da Comissão, são apresentados os seguintes requerimentos: dos Deputados membros da Comissão em que solicitam seja enviado a todos os beneficiários dos contratos com o BDMG, agente financeiro do Fundo SOMMA, questionário com prazo de resposta fixado em dez dias; e do Deputado Ivo José em que solicita seja feita visita da Comissão às obras contempladas pelo Fundo nos Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2000.

Rêmoló Aloise, Presidente - João Paulo - Luiz Fernando Faria - Ivo José.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dinis Pinheiro e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad doc", Deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião e informa que, por se tratar da primeira reunião da Comissão, não há ata a ser lida. Informa, ainda, que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. O Presidente determina à assessoria que proceda à distribuição das cédulas de votação e solicita ao Deputado Dinis Pinheiro que atue como escrutinador. Realizada a eleição e verificada as cédulas, são eleitos, com três votos, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Deputados Rogério Correia e Antônio Carlos Andrada. Após dar posse ao Vice-Presidente e ser empossado por este, o Presidente agradece a confiança depositada em sua pessoa e designa relator da matéria o Deputado Antônio Carlos Andrada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de Maio de 2000.

Antônio Carlos Andrada, Presidente - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 135ª reunião ordinária, EM 9/5/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 944/99, da Comissão de Direitos Humanos, pedindo seja solicitada informação ao Ouvidor da Polícia do Estado sobre o caso do Sr. Márcio João Ribeiro, conforme denúncias que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 945/99, da Comissão de Política Agropecuária, pedindo sejam solicitadas informações ao Presidente da CEMIG sobre as áreas rurais dos municípios que menciona, as quais não contam ainda com energia elétrica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 952/99, do Deputado Paulo Piau, em que pede sejam solicitadas ao Secretário da Fazenda explicações sobre o comportamento diferenciado, na fiscalização, das Administrações Fazendárias Regionais de Uberaba e Uberlândia. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.035/99, do Deputado Sebastião Costa, pedindo sejam solicitadas informações ao Poder Executivo sobre o montante de recursos arrecadados pela Secretaria da Fazenda em consequência do aumento dos combustíveis e da energia elétrica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.092/2000, da Comissão de Educação, pedindo sejam solicitadas informações ao Secretário da Educação sobre os conflitos gerados pela municipalização do ensino e suas consequências na vida funcional dos professores, principalmente daqueles que prestaram o concurso público para P1-A em 1995. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.106/2000, do Deputado Pastor George, pedindo sejam solicitados ao Secretário de Indústria e Comércio os levantamentos realizados sobre os danos causados pelas chuvas no Sul de Minas, nas estâncias hidrominerais e nos pontos turísticos, bem como os planos e estratégias de recuperação. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.309, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao art. 69 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/99, do Deputado Edson Rezende, que altera dispositivos da Constituição do Estado referentes ao Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 11/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui procedimentos especiais para prevenção e detecção das lesões por esforços repetitivos - LER. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela aprovação da Emenda nº 3 na forma da Subemenda nº 1, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 3, apresentada em Plenário.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 37/99, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a criação de cães no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Direitos Humanos opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, e a Emenda nº 2, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da

Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas, respectivamente, pelas Comissões de Direitos Humanos e de Saúde. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição da Emenda nº 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 42/99, do Deputado José Milton, que dispõe sobre critério do Valor Adicionado Fiscal - VAF -, na situação que especifica. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Antônio Carlos Andrada opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 88/99, do Deputado Hely Tarquínio, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 4 e do Substitutivo nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 479/99, do Deputado Alberto Bejani, que autoriza o Poder Executivo a conceder ao servidor público inativo o direito à percepção de proventos com base no vencimento correspondente à jornada de 40 horas semanais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com a Subemenda nº 1, que apresentou, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2 e 3 e da Emenda nº 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos ao art. 161 e ao art. 199 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 29/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a Lei nº 11.085, de 30/4/93. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 67/99, do Deputado Bilac Pinto, que altera a alíquota do ICMS nas operações de fornecimento de energia elétrica para consumo residencial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que altera a composição do Conselho Estadual de Assistência Social. As Comissões de Justiça e de Administração Pública perderam o prazo para emitir parecer. A Comissão do Trabalho opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 142/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte, e as Emendas nºs 2 a 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 148/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a publicação de matérias no "Minas Gerais". A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 157/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 160/99, da Deputada Maria Olívia, que concede passe livre no transporte coletivo intermunicipal do Estado aos Oficiais de Justiça e Comissários de Menores e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 162/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre o parcelamento, pelo Estado, de débitos do IPVA. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 168/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que dispõe sobre o oferecimento do serviço de orientação e prevenção ao câncer cérvico-uterino e de mama no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 180/99, da Deputada Maria Olívia, que institui a meia-entrada para doadores regulares de sangue em locais que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 185/99, do Deputado Ermano Batista, que reduz a alíquota do ICMS em operações internas destinadas ao comércio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 191/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 193/99, do Governador do Estado, que cria o Instituto Mineiro do Café. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 202/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher sustentáculo de família, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das delegacias de polícia a informarem às vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. As Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 283/99, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Jequitinhonha os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e as Emendas nº 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça; 2 e 3, da Comissão do Trabalho. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça; a Emenda nº 2, da Comissão do Trabalho, e as Emendas nºs 4 e 5, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.194, de 26/11/73. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Crédito Educativo - FECE - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção dos trechos rodoviários que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a associação do Poder Executivo com entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 10, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, 9 e 10, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 11 a 17, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, 9 e 10, da Comissão de Justiça; as Emendas nºs 11 a 17, da Comissão de Saúde, e as Emendas nºs 18 a 24, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 389/99, do Deputado Pastor George, que cria a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta; e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 393/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 402/99, do Deputado Pastor George, que estabelece condição para empresas de transporte coletivo intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 411/99, do Deputado Eduardo Brandão, que determina a obrigatoriedade de se dar ampla publicidade aos editais de concurso e de designação de professores e servidores de escolas estaduais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 445/99, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre a implantação de agrovilas no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária, com as Emendas nºs 8 e 9, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 482/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que altera os arts. 3º e 4º da Lei nº 11.396, de 6/1/94. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/99, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre a colocação de produtos em sacos plásticos por comerciantes varejistas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 502/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar concessão especial de recolhimento do ICMS para malharias de Jacutinga e Monte Sião. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Turismo e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 513/99, dos Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a fiscalização do envasilhamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 518/99, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 520/99, do Deputado Ermano Batista, que torna obrigatória a inserção da matéria Noções de Direitos Humanos em concursos públicos e cursos internos de órgãos da administração do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 530/99, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária incidente sobre o óleo diesel. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 531/99, do Deputado Paulo Piau, que modifica dispositivos da Lei nº 12.989, de 30/7/98, alterada pela Lei nº 13.243, de 23/6/99. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Agropecuária opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 536/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que autoriza a UEMG a receber a Escola Superior de Agronomia e Ciências de Machado como unidade associada. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 538/99, da Deputada Elbe Brandão, que dispõe sobre a inclusão de estudos referentes à estrutura e ao funcionamento dos Poderes do Estado nas escolas de ensino fundamental. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Educação, e a Emenda nº 8, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 587/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que altera dispositivos da Lei nº 12.733, de 30/12/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 592/99, do Deputado Mauro Lobo, que dispõe sobre a reapção de candidatos classificados em concurso público para o cargo de Professor 1-A, do Quadro do Magistério. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 593/99, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 596/99, do Deputado Anderson Aduato, que autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Feminina de Assistência Social do Quarto Batalhão da Polícia Militar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 603/99, do Deputado Chico Rafael, que estabelece normas básicas para a realização do censo dos portadores de deficiência e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 606/99, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre informação da data do vencimento da carteira nacional de habilitação, a ser liberada pelo DETRAN-MG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 627/99, da Deputada Maria Olívia, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 775/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que acrescenta dispositivos à Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 800/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que incentiva a instrução e a educação escoteira nas escolas públicas estaduais, por meio do Projeto Escotismo Escola. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 12/99, da Deputada Maria José Haueisen, que institui o transporte rodoviário intermunicipal alternativo de passageiros no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nº 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nº 1 a 4, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Antônio Júlio solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 40/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza a negociação do valor de parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 31ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 9/5/2000

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto; 774/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 825/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 831/2000, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.279/2000, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 42ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 10/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.323 a 1.330/2000, da Comissão de Direitos Humanos; e 1.343/2000, do Deputado Cabo Morais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 36ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 10/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 916/2000, da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.318/2000, do Deputado Sebastião Costa, e 1.344/2000, do Deputado Cabo Morais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 36ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 10/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 834/2000, do Deputado Ivo José.

Requerimentos nºs 1.280/2000, da Deputada Elbe Brandão; 1.336/2000, do Deputado Dimas Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da CPI do Sistema Financeiro, a realizar-se às 14h30min do dia 10/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Ronaldo Lamonier Locatelli, ex-Diretor do BEMGE, e Márcio Favilla Lucca de Paula, ex-funcionário do BDMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 35ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 10/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 816/2000, do Deputado Ambrósio Pinto.

Requerimento nº 1.342/2000, do Deputado Edson Rezende.



Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 38ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 10/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n.ºs 1.320/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.331/2000, do Deputado Edson Rezende; 1.337, 1.338 e 1.339/2000, do Deputado Paulo Pettersen; 1.341/2000, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da CPI do Fundo SOMMA, a realizar-se às 9h30min do dia 11/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da Comissão Especial da UEMG, a realizar-se às 14h30min do dia 11/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Ouvir a Sra. Margareth Spangler Andrade, Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, e o Prof. João Batista Rezende, Presidente da Fundação João Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 11/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 9/5/2000, com a finalidade de se realizar a solenidade de abertura de série de eventos relativos à internacionalização de Belo Horizonte.

Palácio da Inconfidência, 8 de maio de 2000.

Anderson Adatao, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dinis Pinheiro, Doutor Viana, José Henrique e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em

9/5/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2000.

Ermano Batista, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Agostinho Silveira, Antônio Genaro, Bené Guedes, Maria Tereza Lara e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/5/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 903; 818; 879 e 917/2000.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2000.

Ermano Batista, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/5/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir o Sr. Pedro Magalhães Bifano, Presidente da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI-MG, sobre as obras que estariam sendo realizadas no Município de Barbacena, pela CDI, em área de terreno ainda não pertencente à Prefeitura do município, para implementação de um distrito industrial.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões Especiais para Emitirem Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2000 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Maria Tereza Lara, Paulo Piau, Antônio Júlio, Bené Guedes e Ermano Batista, membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2000; Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva, Dimas Rodrigues e Elmo Braz, membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2000, para a reuniões a serem realizadas em 11/5/2000, às 9 horas, na Câmara Municipal de Governador Valadares, na Rua Marechal Floriano, 905, e às 15 horas, na Câmara Municipal de Montes Claros, na Av. João Luis de Almeida, 40; em 12/5/2000, às 9 horas no Instituto Viana Júnior, na Av. dos Andradas, 415, Juiz de Fora, e às 15 horas no Teatro Capitólio, na Rua Presidente Antônio Carlos, 522, em Varginha; em 15/5/2000, às 9 horas, no auditório da Rádio Clube, na Av. Getúlio Vargas, 142, em Patos de Minas, e às 15 horas, na Associação Comercial Industrial de Uberaba, na Av. Leopoldino de Oliviera, 3.433, em Uberaba com a finalidade de debaterem, em audiência pública, com os diversos segmentos envolvidos nessas propostas de emendas à Constituição, as matérias objetos das Comissões, sendo convidado o Sr. Renato Barros, Presidente da Coordenação Sindical.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2000.

Mauro Lobo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas no dia 11/5/2000, às 10 horas, no Fórum Abelardo Pena, em Uberlândia, e às 16 horas, no Fórum Melo Viana, em Uberaba, com a finalidade de se discutir, em audiência pública, com a participação de diversos segmentos da sociedade e representantes do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada e da AMAGIS-MG, o Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 132ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 2/5/2000

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que visitam a Casa, senhores em suas residências que nos acompanham pela TV Assembléia, recebemos a seguinte correspondência. (- Lê:)

"As Presidentes das entidades abaixo assinadas, legítimas representantes do magistério mineiro, manifestam de público sua estranheza e seu protesto diante do ato discriminatório do Secretário de Estado da Educação, Murílio Hingel, consubstanciado na Portaria nº 63, de 27 de abril deste ano, publicada na edição de hoje do "Minas Gerais".

Com a citada portaria, o Secretário cria grupo de trabalho para desenvolver estudos visando à elaboração do plano de carreira do pessoal da educação e indica, para compor o grupo, quatro pessoas de sua Secretaria e quatro do Sind-UTE.

Ao compor o grupo de trabalho com elementos de sua preferência, excluindo as entidades que representam legítima e efetivamente o magistério mineiro, o Sr. Murílio Hingel revela desprezo pelos profissionais da educação pública e desconhecimento de sua história de lutas e de dedicação ao ensino.

As Presidentes das entidades não entendem as razões que levaram o Secretário a praticar ato discriminatório em matéria de tamanha relevância para o magistério, uma vez que o plano de carreira, antiga reivindicação do magistério, vai modificar a vida funcional de milhares de profissionais da educação."

Tomara que o Secretário esteja assistindo, neste momento, à TV Assembléia, para que repense a situação. (- Lê:)

"A estranheza e a revolta, justas e legítimas, crescem diante do absurdo da indicação de apenas uma entidade, o Sind-UTE, de comportamento e atitudes por demais conhecidos do magistério mineiro e da população."

Agora vêm as perguntas. (- Lê:)

"Que critérios guiaram o Secretário na composição do grupo de trabalho? Por que compor o grupo apenas com funcionários da sua Secretaria e com elementos do Sind-UTE, com desprezo das outras entidades do magistério? Desconhece o Sr. Murílio Hingel que muitas dessas entidades lutam há décadas pelo magistério mineiro, como é o caso da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG -, cujos 70 anos serão comemorados em 2001? O Governador Itamar Franco, cuja pregação não inclui a discriminação, concorda com as atitudes de exclusão do seu Secretário?"

Com esse comportamento antidemocrático, o Secretário da Educação implanta no Governo de Minas Gerais práticas típicas da ditadura militar, de triste memória para os brasileiros.

Que pretende, com esse comportamento, o Sr. Murílio Hingel?"

Texto enviado para os Srs. Itamar Franco, Henrique Hargreaves e Murílio Hingel e o Gen. Carlos Patrício: (- Lê:)

"Entidades da classe do magistério, abaixo assinadas, protestam veementemente contra a Resolução nº 63, de 27 de abril, que desconsidera e desprestigia as mesmas, na composição da comissão responsável pela elaboração do plano de carreira do magistério. Maria Alice Amato, Presidente da AMIE; Gysélia de Castro, Presidente da AMISP; Magda Campbell, Presidente da APPMG; Maria Helena Mansur, Presidente da AFAEMG; Laura Maria Rodrigues, Presidente do SINEP; Ordarcy d'Angelis, Presidente do SPPEMG"

O mesmo texto foi enviado aos Deputados Sávio Souza Cruz, Líder do Governo; Anderson Aduato, Presidente desta Casa; Sebastião Navarro Vieira, nosso Líder, Sebastião Costa, Amílcar Martins e Alberto Bejani.

Em outras palavras, isso quer dizer ditadura, o que já não é novidade nesse Governo. Não é novidade a prática de atos semelhantes aos que ocorriam em 1964, em 1967, com o AI-5, durante a ditadura que imperou no País.

Lamento profundamente, em nome dos educadores, a atitude desse senhor, que se diz Secretário da Educação, cujo nome é até muito simpático: Prof. Murílio Hingel. Portanto, em nome dos educadores, faço esse protesto - que também é, tenho a certeza, senão da totalidade, mas da maioria desta Casa - contra esse ato impensado do Sr. Secretário da Educação, Murílio Hingel.

Estou entrando com o seguinte requerimento. (- Lê:)

"Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requero a V. Exa. seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário da Educação o seguinte pedido de informação:

- Quais os critérios utilizados pela Secretaria de Estado da Educação na composição do grupo de trabalho criado pela Portaria nº 63, de 27/4/2000, para desenvolver estudos visando à elaboração do plano de carreira do pessoal da educação?

- Quais os motivos que levaram a Secretaria a compor o grupo apenas com funcionários da Secretaria e com elementos do Sind-UTE?"

Evidentemente, teremos a resposta, porque é regimental.

Lembro, nesta oportunidade, o episódio da última festa de Tiradentes, quando estivemos em Ouro Preto para receber a medalha. Lamentavelmente, o Sr. Governador colocou os interesses pessoais acima dos interesses do Estado. Aqueles Deputados conhecidos e chamados de Oposição nesta Casa não tiveram a decência de ser cumprimentados pelo Governo do Estado pela medalha que estavam recebendo. Enquanto isso, de maneira demagógica, como está no "Estado de Minas", mandou buscar índios, por quem temos todo o respeito. No entanto, há 15 dias, não havia vagas na sua agenda para recebê-los. Mas, depois dos acontecimentos ocorridos por ocasião da comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil no Estado da Bahia, rapidinho o Sr. Governador arrumou uma vaga para dar uma medalha ao índio. Todos pudemos presenciar o ato demagógico de um senhor que foi eleito para governar Minas, e não para fazer atos políticos.

Hoje, disse que dará 50% de aumento ao funcionalismo. Tenho a certeza de que o funcionário público do Estado não tem orelha grande, pois sabe que isso é demagogia. O mínimo irá para R\$272,00, muito abaixo do que merece.

O Garotinho, Governador do Rio, colocou o mínimo a R\$400,00. Enquanto isso, o Sr. Governador do Estado de Minas manda, coincidentemente, o helicóptero da Polícia Civil jogar pétalas de rosas quando a Tenente da Polícia Militar recebe a medalha de suas mãos.

Temos um Governador ou um dom-juan nas Mantiqueiras? Será que temos um don-juan? Uma hora a imprensa noticia que o Governador está prestes a começar um namoro em Brasília; outra hora, prestes a começar um namoro com gente aqui da Assembléia; depois, é a Tenente da Polícia Militar. Sr. Governador, escolha logo a primeira-dama deste Estado, ou será que todo mês vamos ter um nome diferente, que poderá ser a primeira-dama do Estado de Minas Gerais? Não tenho nada com a sua vida particular, mas tenho, sim, com o publicado no jornal "Estado de Minas", quando diz que o helicóptero da Polícia Civil jogou pétalas de rosas na hora de condecorar a senhora Tenente da Polícia Militar.

Não deveria jogar pétalas de rosas não, Sr. Governador, mas comprar petróleo para colocar nos carros da Polícia, a fim de que possa fiscalizar o Estado de Minas. A Polícia só consegue fiscalizar Minas durante 12 dias por mês. No resto, anda de ônibus, porque, em ônibus, cabem 50 pessoas, e não é preciso gastar petróleo em carro para fiscalizar a população. Concedo aparte ao Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Queremos parabenizar o Deputado Alberto Bejani pelas observações feitas neste Plenário, ao iniciar os debates. Gostaríamos também de dizer, em nosso nome e em nome da Oposição, que o Sr. Governador do Estado não governou Minas Gerais durante um ano e quatro meses. Apenas em duas oportunidades de uma data histórica como 21 de abril, tem procurado dividendo políticos que não merece, porque não governou Minas Gerais. Está apenas dividindo o povo mineiro, que está confuso com todos os seus atos, com seus atos preliminares desde o dia em que declarou a moratória unilateral, que, até por conceito, é pseudomoratória. E, a seguir, esses episódios subsequentes noticiados pela imprensa de afronta aos adversários.

Em todas as comemorações de 21 de abril fica de mãos dadas com a esquerda, leva o baderneiro do Sr. Lula, acompanhado de Leonel Brizola, índios, MST e líderes da Igreja Católica, que já pediu perdão pelo que fez aos índios e pela escravidão dos negros. Dessa forma, dá a impressão de que continua, sim, de mãos dadas com a Igreja, com os índios,

com a burguesia rural e a urbana, para fazer um projeto político de retorno à Presidência da República. Em vez de governar, procura atos públicos políticos. E nós, da Oposição, estamos aguardando seus projetos. De repente, chega na Casa pedido de lei delegada, que traduz nada mais, nada menos do que uma medida provisória. E joga a culpa no Legislativo novamente. Se os Srs. Deputados não votarem, a culpa é do Legislativo. E isso, endossado pelo Líder do Governo, que chegou recentemente a esta Casa.

Precisamos criar vergonha como parlamentares e fazer com que este Poder não fique de joelhos perante o Sr. Itamar Franco. Portanto, meu caro colega Bejani, parabéns pelas suas observações. Estaremos neste Plenário para engrandecimento desta Casa, a fim de que este Poder possa, de forma independente, também em sintonia com os outros Poderes, desenvolver um projeto para o povo de Minas Gerais e não ficar fazendo politicagem, como o Governador do Estado.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)\* - Com todo respeito, estou observando dois grandes homens públicos - Deputado Hely Tarquínio e Deputado Alberto Bejani - cometerem grandes heresias.

O Deputado Hely Tarquínio está repudiando a aliança do nosso Governador com a esquerda. O Governador é homem experiente, sensato, que já percorreu todos os caminhos que qualquer homem público gostaria de percorrer. Se o Governador acha conveniente fazer acordos com a direita, com a esquerda, com o centro, com o céu ou a terra, é competência e escolha dele. Que a nossa discussão aqui seja de alto nível.

O Deputado Alberto Bejani, homem de grandes lutas, foi um grande Prefeito em Juiz de Fora, ótimo companheiro, leal, de grandes atributos, hoje percorrendo os caminhos dos pequenos, dando importância a fatos que não devem ser considerados na vida pública e muito menos nesta Casa. Se o Governador está namorando, divorciando, casando, é problema dele, Deputado. Vamos debater assuntos maiores, superiores, mais relevantes para Minas Gerais. Tenho a certeza de que na sua fala o senhor se pautou pelo deslize e deixou a paixão dominar a palavra, cometendo um grande erro. Mas, como homem público humilde que é, terá a oportunidade de refletir, de meditar e, acima de tudo, reconhecer esse erro, melhorar seu posicionamento e se afirmar como grande homem público que sempre foi e será.

O Deputado Alberto Bejani - Para concluir, gostaria de lembrar ao Deputado Dinis Pinheiro que, se ele tem que fazer críticas a alguém, que faça ao Batista Chagas Almeida, do jornal "Estado de Minas", quando publica "O Amor é Lindo" e diz que o helicóptero jogou flores na hora da condecoração da Tenente, que está querendo namorar ou está namorando o Governador.

Portanto, não aceito essa posição do senhor e digo mais: pelas suas palavras tão sentidas, acho que o senhor está no caminho de, quem sabe, no futuro, usar uma batina ou estar à frente de uma igreja e pregar aos seus ouvintes. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são tantos os assuntos que vão se acumulando ao longo de poucos dias de ações administrativas desse Governo, são tantas trapalhadas, são tantos fatos que merecem comentários, que é difícil me ater a somente um deles.

Na verdade, antes de entrar no assunto que me motivou a vir a esta tribuna, sobre a matéria tratada pelo Deputado Alberto Bejani, devo dizer que os homens públicos têm um compromisso e uma obrigação de compostura, de correção na forma como se relacionam com outras pessoas, sobretudo publicamente.

Mas esse não é o assunto sobre o qual gostaria de me referir. O assunto é de foro íntimo e também do relacionamento do homem público com a opinião pública, com os eleitores e o conjunto da sociedade.

Darei um aparte a V. Exa., com muito prazer, logo depois que eu completar o meu raciocínio.

Poderia estar aqui nesta tribuna comentando as novas denúncias sobre a área da saúde, feitas não pela Oposição, mas pela principal base de sustentação do Governo nesta Casa e pelo partido que mais dá sustentação política ao Governo, o PT. É sobre a questão da lavagem de roupa suja. O Deputado Adelmo Carneiro Leão tem levado literalmente a questão de que "roupa suja se lava em casa". Ele está cuidando disso com muita dedicação, e eu poderia estar me referindo a isso também, mas, na verdade, ocupo esta tribuna hoje para cuidar de um assunto que, parece-me, fere diretamente os interesses da população de Minas Gerais. Trata-se de uma palavra de alerta aos Deputados, à base do Governo, à Liderança do Governo. Tenho a esperança de que, em algum momento, o Governo ainda terá sensibilidade, terá consideração para com as questões que vou levantar neste momento. Refiro-me - e alguns dos senhores já viram esse debate nos jornais, na imprensa - à questão do acesso ao "Minas Gerais" via Internet. A versão "on-line" do "Minas Gerais" tem sido disponibilizada gratuitamente para a população de Minas Gerais, para todos os internautas, desde junho de 1996, seguindo uma tendência mundial. No Brasil, é a tendência seguida, é a forma encontrada para dar mais transparência, para democratizar o acesso à informação. V. Exas. podem imaginar que, em municípios longínquos do interior, o "Minas Gerais" pode chegar em até 24 horas. É muito importante que as pessoas tenham acesso às publicações do Poder Judiciário, às publicações do Poder Executivo.

Gostaria de solicitar do Deputado Alencar da Silveira Júnior que não perturbasse o bom andamento dos trabalhos e que me deixasse completar a minha fala.

Eu dizia que a tendência mais recente é a do acesso gratuito à Internet, o que é feito, por exemplo, pelo "JB", pelo "Le Monde", pelo "New York Times". Todos oferecem acesso gratuito a todos os internautas. A "Folha de São Paulo" dá acesso gratuito a seus assinantes ou da provedora "UOL", que cobra R\$19,00 por mês, e os internautas ainda podem acessar mais 12 jornais e 17 revistas, como a "Veja", a "Exame", etc. O "Diário Oficial" da União só cobra por acesso a números atrasados. Essa é a tendência mundial - de dar acesso gratuito às pessoas, para que possamos democratizar a informação, para que possamos dar transparência aos atos do Poder Executivo.

Pois muito bem, a partir de ontem, do dia 1º de maio, as dezenas de milhares de pessoas que usam a Internet para ter acesso ao "Minas Gerais" ficam obrigadas a pagar R\$66,00 por mês. Volto a dizer aos Srs. Deputados, existe uma promoção de início de R\$45,00 por mês, mas o preço fixado pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, pela Diretoria-Geral da Imprensa Oficial, é de R\$66,00 por mês, para que as pessoas tenham acesso ao jornal "Minas Gerais". Isso é absolutamente inaceitável.

É absolutamente inadmissível. Vai contra a tendência mundial de facultar o acesso à Internet, transformando-a num grande veículo de circulação de idéias e de informações. Sobretudo no caso do poder público, é fundamental que seja mais um instrumento de transparência para que todas as pessoas tenham acesso gratuito. Não é possível e é inaceitável que isso venha a acontecer.

A Imprensa Oficial é superavitária. Vive das publicações de terceiros e dos serviços de sua gráfica. Conheço esse órgão porque fui Secretário das Comunicações. O acesso gratuito ao "Minas Gerais", disponibilizado por via da Internet, foi realizado no momento em que ainda estava como Secretário. Os custos de implantação do sistema foram integralmente pagos pela administração passada do Governador Eduardo Azeredo.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não há nenhum custo adicional para que se dê acesso para se disponibilizar o jornal "Minas Gerais" na Internet. O jornal impresso já é informatizado. Ou seja, não há fotolito, não há impressão de papel, não há nada disso. O acesso das pessoas ao "Minas Gerais" por via da Internet, não acarreta custo adicional para o Governo. Se tivesse, seria um serviço importante que o Governo estaria prestando à população de Minas Gerais. Desde junho de 1996 esse serviço tem sido prestado. Não há razão, não há nada que justifique isso. A população vai ser prejudicada - e já está sendo prejudicada. A população do interior vai ser mais prejudicada ainda.

Fica aqui minha palavra de advertência, meu protesto e minha indignação e meu desejo de que o Governo de Minas volte atrás com relação à Imprensa Oficial. Não há nada de mais em se reconhecerem decisões erradas e em revê-las. O custo de R\$66,00 é mais alto do que o custo de qualquer coisa a que se tenha acesso pela Internet.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou encaminhando um requerimento à Presidência da Comissão de Administração Pública solicitando que o Dr. José Maria Couto Moreira, Diretor-Geral da Imprensa Oficial de Minas Gerais, compareça à Assembleia Legislativa para discutir com os Deputados a razão da cobrança dessa taxa. Trata-se de uma taxa extorsiva, um ataque ao bolso do contribuinte. É inaceitável que isso aconteça num momento em que a tendência mundial de todos os jornais, de toda a imprensa e de todos os governos é de permitir o acesso gratuito à Internet. Não há razão para isso, principalmente em se tratando do jornal "Minas Gerais", cuja impressão já é informatizada. Praticamente o

acesso ao Minas Gerais por via da Internet tem custo zero.

Sr. Presidente, um internauta comentou comigo o seguinte: a partir de agora, na contramão da história, existem apenas dois tipos de acesso pagos à Internet: um é o jornal "Minas Gerais"; outro, os "sites" pornográficos da Internet. Dessa forma, o "Minas Gerais" se associa ao que há de pior no acesso à Internet. É o "Minas Gerais", que não sei se é porque é pornográfico ou se é porque o Governo não quer que as pessoas tenham acesso aos atos administrativos do Governo. E esses outros "sites" que não merecem o nosso julgamento, a nossa consideração.

Aqui deixo uma palavra de alerta, uma palavra de protesto e uma palavra de apelo para que o Governo de Minas Gerais reveja sua decisão que prejudica, em muito, a população de Minas Gerais. A quantia de R\$66,00 por mês é um custo altíssimo para que todas as pessoas tenham acesso às informações publicadas no "Minas Gerais": as informações referentes aos atos do Poder Executivo, aos atos do Poder Legislativo, que é mais uma forma que a população tem para fiscalizar o funcionamento da Assembléia, os projetos de lei que tramitam nesta Casa, as ações de todos nós, Deputados, representantes do povo, os atos do Poder Judiciário. Enfim, não há justificativa possível para essa monstruosidade, para essa covardia que se faz contra o bolso do contribuinte de Minas Gerais.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - É com muito prazer que ouço V. Exa. A cada dia, vamos mostrando a incoerência desse Governo, sem dizer de sua incompetência. Um companheiro nosso, em discurso nessa tribuna, disse que ele havia tomado posse, mas que não tinha começado a governar. Estamos nos perguntando quando é que começará.

Com relação à Internet, fico a me perguntar porque não disponibilizou a execução orçamentária do SIAF-Cidadão. Espero que se encontre em sua fase final já que o tempo está acabando. Quando ele disse que disponibilizaria por decreto, quem teve a curiosidade de observar notou que, da forma que foi feito, não estava dentro do que estabelecia a lei. Ele desejava mascarar, dizendo que estava atendendo, o que, na verdade, não fazia. Trata-se de um governo que tem o discurso de transparência, mas não é transparente, tem discurso de democrático, mas é imperialista. O Poder Legislativo precisa reavaliar sua postura, pois, sendo Poder autônomo, independente, deve exercer todas as suas prerrogativas, seja no sentido de legislar, seja no de fiscalizar, exigindo deste Governo ações concretas, não apenas discursos.

Hoje, pela manhã, participamos de debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34. Os militares estão desesperados, apavorados, pois coisas que já haviam conquistado há muito tempo o Governador propõe retirar. O mais grave de tudo isso é a forma como quer fazer as coisas, num discurso democrático, mas agindo de forma imperialista, tentando jogar a sociedade contra o Poder Legislativo. Deseja jogar nas costas do Poder Legislativo a incompetência de seu Governo. Como vai exigir respostas do Poder Legislativo, se, somente agora, chega essa discussão a esta Casa? Ele deseja, na verdade, que não haja debate, que não haja discussão.

O Deputado Amílcar Martins\* - Agradeço o aparte do Deputado Miguel Martini, deixando esta palavra de alerta: não é possível a cobrança de R\$66,00 por mês para que as pessoas tenham acesso ao jornal "Minas Gerais", na sua versão "on line", por meio da Internet. Esse acesso era gratuito desde junho de 1996. Não há nada que justifique essa cobrança. Fica aqui a minha palavra de protesto e o meu apelo ao Governo para que reveja seu ato, que é uma imposição aos contribuintes e usuários da Internet.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes, funcionários da Assembléia, três objetivos me trazem à tribuna desta Casa. O primeiro deles é fazer um apelo ao Plenário para que possamos, tão logo o Presidente determine sua inclusão em pauta, votar o projeto de nossa autoria que modifica a composição do Conselho de Defesa Social.

Sabemos que hoje, sem sombra de dúvida, e infelizmente, o principal assunto em qualquer comunidade e em qualquer município é a questão da segurança pública. Ocorre a todos nós que essa é uma tarefa coletiva, à qual todos os homens e mulheres de bem têm que se dedicar. Não podemos esperar apenas do Governo, não podemos esperar apenas aquilo que está estabelecido na nossa Constituição, ou seja, que a questão da segurança é um direito de todos e um dever e obrigação do Estado. Não podemos esperar que, pura e simplesmente, essas coisas aconteçam. É preciso que cada um de nós, dentro de seus limites, possa colaborar e fazer alguma coisa.

Não foi pensando diferente que nós, por intermédio de um projeto de lei, propusemos modificar-se a participação no Conselho de Defesa Social. Em primeiro lugar, estamos praticamente normatizando, quando explicitamos que fará parte dele um Deputado da Assembléia Legislativa, já que a composição anterior falava de uma comissão que já foi extinta nesta Casa.

Em segundo lugar, incluímos a Secretaria de Estado da Educação, e isso aconteceu na ocasião em que travávamos, aqui, um debate sobre a falta de segurança nas escolas, especialmente nas públicas, não só de Belo Horizonte, mas de todo o Estado. E foi assim, Sr. Presidente, que vimos com felicidade que as Comissões que analisaram esse nosso projeto já o aprovaram e, portanto, brevemente, ele estará aqui para aprovação do Plenário. Faça votos de que o Plenário o aprove, para que possamos, dessa forma, contribuir para resolver a questão da violência nas escolas, que é o assunto que está em pauta.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é o Projeto de Lei nº 262/99, também de minha autoria, já aprovado, só faltando a aprovação final por esta Casa. Cabe-me fazer um relato sobre os acontecimentos, não só os pertinentes a esta Casa, mas também ao Executivo. Esse projeto trata de destinar uma área de vinte e nove mil e tantos metros quadrados, no Bairro Cidade Nova, para a construção do Campus da UEMG - Belo Horizonte. Como todos sabem, todos os Deputados desta Casa - não apenas aqueles que, direta ou indiretamente, estão relacionados com o setor de educação, como os Deputados da Comissão de Educação - estamos diligentes, a fim de que a Universidade do Estado, cada vez mais, se torne realidade indiscutível. Com esse fim, ainda como Vereador por Belo Horizonte e liderado pela Paróquia de Santa Luzia, pela Ação Social do Bairro Cidade Nova, por intermédio do Padre João de Deus, de Fernando Lanza e outros companheiros Vereadores da época, como o Vereador Serginho Ferrara, o então Vereador João Paulo, hoje nosso querido Deputado, e outros Vereadores, conduzimos uma luta muito grande, impedimos que na Cidade Nova fosse construída uma delegacia e conseguimos que aquele local fosse preservado. Mais que isso, conseguimos que aquele local fosse destinado ao campus da UEMG-BH.

Foi com esse objetivo, Sr. Presidente, que apresentamos um projeto nesta Casa, o qual teve alguns problemas. Em primeiro lugar, argüia-se a necessidade de uma doação à Universidade do Estado, já que ela pertencia ao Estado. Foi a esse respeito que fizemos consulta oficial à Procuradora-Geral do Estado, que nos respondeu favoravelmente, ou seja, hoje não há mais dúvidas sobre a necessidade de que o Estado faça a doação desse terreno no Bairro Cidade Nova, para que possamos construir ali o campus da UEMG-BH. Portanto, isso é matéria vencida. Outro aspecto seria com relação ao próprio uso do terreno, que a Secretaria da Fazenda tinha interesse, em vista da falta de condições, de espaço e, até mesmo, de imóveis pertencentes ao Estado. Nesse sentido, Sr. Presidente, faço uma revelação. Marcamos uma audiência com o Sr. Secretário de Estado da Fazenda, juntamente com a comunidade, através do Padre João de Deus Dantas e do Presidente da Ação Social, companheiro Fernando Lanza, da Cidade Nova. Estivemos com o Secretário e saímos convictos de que estará empenhado para que, realmente, aquele terreno seja usado para a implantação do "campus" da UEMG em Belo Horizonte. O Secretário fez a todos nós um apelo. Por causa da falta de recursos, momentânea, da Universidade Estadual, pediu que a Secretaria Estadual da Fazenda pudesse compartilhar também o uso do terreno. Esse assunto está sendo estudado pela Comissão da Secretaria da Fazenda, pela assessoria deste Deputado e pela assessoria da Casa. Portanto, acredito que, brevemente, teremos o resultado dessa questão. Estou participando esse assunto aos Srs. Deputados para informá-los e para pedir-lhes apoio, a fim de que possamos votá-lo quando estiver tramitando nesta Casa. No ano passado, quando apresentei o projeto a esta Casa, infelizmente não pôde ser aprovado pelas circunstâncias que estou mencionando. Graças a Deus, já as solucionamos, e o projeto está apto a ser votado. Tão logo venha a Plenário, gostaria de contar com o apoio incondicional dos meus pares.

Outro assunto traz-me à tribuna. Gostaria de fazer um comunicado, aproveitando a presença do novo Líder do Governo nesta Casa, que não tive a oportunidade de cumprimentar, Deputado Sávio, que foi Vereador comigo em Belo Horizonte e que representa, não apenas a comunidade belo-horizontina, como também aqueles de fora que lhe deram o voto. Faço votos de que possa desempenhar bem o seu trabalho. No que puder colaborar, estou à disposição. Comunico a V. Exa. que já era um assunto debatido nas hostes da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e um compromisso do Deputado Anderson Aduato, enquanto candidato a Presidente desta Casa, que a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária pudesse atuar também como fiscalizadora efetiva dos atos do Executivo. No ano passado, tivemos a oportunidade de ver que era importante a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária cumprir o seu papel, não apenas com relação à demanda existente por parte dos projetos dos Deputados e do Governo, mas também com relação ao nosso papel maior de fiscalizadores. Anuncio que a assessoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, solicitada pelo Presidente desta Casa, desde o ano passado, está ultimando as informações, que passará a esta Presidência e a toda a Comissão. Sr. Presidente, V. Exa. já tem conhecimento disso, já que a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária lhe solicitou um tempo para que a assessoria possa relatar a V. Exa. tudo que solicitou, no que concerne à nossa atuação como comissão fiscalizadora dos atos do Executivo. Esse trabalho já está pronto e será entregue a V. Exa. Cumpro o dever de comunicar aos Srs. Deputados essa questão, que é de fundamental importância, já que temos visto que o Governo, por diversas vezes, foi alvo de numerosas denúncias.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, pelas suas características, sem dúvida alguma vai prestar relevantes serviços na apuração dessas questões. E, na reunião de hoje, eu e os Deputados Miguel Martini, Mauro Lobo, Olinto Godinho e Eduardo Hermeto estamos ultimando esses contatos com a assessoria, para que a Comissão possa prestar

esse serviço.

Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o novo Líder do Governo nesta Casa e dizer da nossa satisfação pelo anúncio que V. Exa., Deputado Sávio Souza Cruz, faz em relação ao aumento do funcionalismo, que realmente é uma questão preocupante. Tenho certeza de que esta Casa não faltará com seu dever, que é votar projetos de interesse do Executivo; projetos que propiciem a concessão desse aumento, tão necessário e tão desejado pelo funcionalismo público do Estado de Minas Gerais. De agora para frente, devemos fazer as coisas acontecerem.

Quero, mais uma vez, ratificar que falamos do Conselho de Defesa Social, que deve entrar em pauta nesta Casa. Solicito apoio ao Projeto de Lei nº 262, que trata do terreno da Universidade Estadual de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, membros da imprensa, pessoas presentes às galerias, desejamos nesta tarde tecer algumas considerações sobre a pesquisa científica e a sua vital importância no desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil. A nossa realidade exprime verdadeiro paradoxo, com os dados revelando um crescimento de 365% no aumento da produção científica nos últimos 18 anos, superando, consideravelmente, a marca mundial dos 104%, segundo o CNPQ. Parcela desse crescimento é atribuída a dois fatores preponderantes: existência de incipiente estrutura há cerca de 20 anos e maior qualificação dos pesquisadores brasileiros.

Apesar dos extraordinários avanços registrados no período em análise, o que se verifica é a ausência de uma política permanente por parte do Governo Federal que possa assegurar a indispensável atenção que a área necessita e a destinação de investimentos. Nesse particular, é de se constatar a vinculação que existe entre a disponibilidade de recursos e a situação econômica do País. É de fácil comprovação que a pesquisa universitária, mormente, é uma das primeiras a ser afetada pelos cortes orçamentários, por vezes determinados por quem não se dá conta do papel fundamental que ela exerce. Assim, a crise econômica nos últimos anos não deixou de prejudicar o progresso da atividade de pesquisa científica no Brasil. Cumpre ressaltar, por oportuno, o reduzido número de investimentos oriundos da iniciativa privada, firmados na lógica de ser melhor adquirir tecnologia pronta a apostar no risco do seu desenvolvimento.

Em Minas Gerais, contamos com a Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPEMIG -, instituída pela Lei Delegada nº 10, de 28/8/85, com a finalidade de promover atividades de incentivo e fomento à pesquisa científica em nosso Estado. Posteriormente, a Constituição Estadual de 1989, no seu art. 212, determinou a manutenção de entidade com atuação na área de pesquisa, atribuindo-lhe dotações e recursos necessários à sua efetiva operacionalidade, a serem por ela privatamente administrados, correspondentes a, no mínimo, 3% – reduzidos para 1% pela redação dada pela Emenda à Constituição nº 17, de 20/12/95, – da receita orçamentária corrente ordinária do Estado, os quais serão repassados em parcelas mensais equivalentes a 1/12, no mesmo exercício.

A pesquisa científica e tecnológica, em nosso Estado, realiza-se em nove universidades – sendo oito públicas, seis faculdades isoladas e três instituições estaduais. Nesse ambiente, contamos com cerca de 1.700 pesquisadores com o título de doutor-PhD e um conjunto igual de mestres (MSc), o que nos permite alcançar o número aproximado de 3.500 pesquisadores atuando em instituições mineiras.

Enfatizamos esses números para afirmar a urgente necessidade de ações, em todos os níveis envolvidos com a questão, para fortalecermos a competitividade tecnológica de Minas Gerais no cenário nacional. Não resta dúvida de que o futuro de nosso Estado será altamente promissor a partir da atuação vigorosa da FAPEMIG no apoio à pesquisa. É imprescindível, portanto, a presença da Fundação como instrumento do desenvolvimento científico e tecnológico em nosso Estado.

Nesse sentido, estamos apresentando requerimento ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, em nome de todos os membros dessa Comissão, objetivando a realização de uma audiência pública para discutir a situação da pesquisa científica em Minas Gerais, buscando ouvir a representatividade do setor, almejando horizontes que possam viabilizar o constante desenvolvimento da área. Para tanto, propusemos que fossem convidadas a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, a FAPEMIG, a Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG, o FINEP, o CNPq e a Secretaria de Estado da Fazenda.

Temos a certeza absoluta de que o Governador Itamar Franco, que já se manifestou sensível à questão em reiterados pronunciamentos, saberá dar adequada resposta sobre essa estratégica questão, neste singular momento da pesquisa científica e tecnológica em Minas Gerais.

Cumprimentamos o jornal "Estado de Minas", que, na edição do dia 30 de abril passado, fez publicar caderno especial abordando o assunto. Vale registrar, também, a realização de amplo debate público, promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, por sua Regional em Minas Gerais, que propõe uma conjugação de esforços para a formatação de um projeto de ciência e tecnologia para Minas, buscando diretrizes que regulem, de modo eficiente, a produção do conhecimento. Acreditamos que a Assembléia Legislativa não recusará a sua efetiva participação nesse processo, oferecendo seu legítimo espaço de debate e discussão para encontrarmos os caminhos ideais da melhor tecnologia e do maior desenvolvimento de Minas e do Brasil.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que ocupam as galerias, assessoria da Casa, ocupo esta tribuna para registrar manifestações de segmentos ligados à atividade agropecuária, notadamente da Hexa Consultoria, representada pelos Srs. José Luiz Domingos, Sebastião Horta, Luiz Carlos da Cruz e também do escritório regional da SUDENE em Minas Gerais, na pessoa de seu diretor, Dr. Roberto Amaral, que foi o autor do projeto que resultou na Lei nº 11.405, a Lei de Política Agrícola do Estado de Minas Gerais.

O Dr. Roberto Amaral participou de reunião da Comissão de Política Agropecuária, ocorrida no dia 31/3/2000, dando importante contribuição à discussão da pauta do boi.

Além dos trabalhos da Comissão que tenho a honra de presidir nesta Casa, como sucessor do ilustre Deputado João Batista de Oliveira, que teve um brilhante desempenho quando a presidiu, considero de suma importância trazer à reflexão dos nobres pares assuntos que são ali discutidos e que interessam a esta Casa, pois nesta tribuna temos condições de chamar a atenção das autoridades do Poder Executivo, que, certamente, estão atentas à adoção de políticas que incrementem a agricultura e a pecuária mineira, pois essa é a vocação econômica do nosso Estado.

A pauta do boi é um assunto que interessa a todas as regiões de Minas, principalmente à região Norte, pois, como todos sabem, o produtor norte-mineiro enfrenta dificuldades em razão dos longos períodos de seca, porque tem de aguardar quase um ano para que o boi alcance o peso ideal para a comercialização, o que retarda esse tipo de comércio. Durante esse período, o produtor tem de arcar com os altos custos, e o que era expectativa de lucro passa a ser certeza de prejuízos. As três pragas que afligem os produtores rurais são a pesada carga tributária, os custos com os transportes e os juros elevados das operações com os Bancos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante esta Casa saber que a divulgação do resultado do nosso trabalho pela imprensa chega a todos os segmentos, privilégio do regime democrático, pois temos um elo de comunicação entre o Poder Legislativo e a sociedade organizada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sugiro, com esse mercado indefinido, que acabemos com a pauta do boi, com a pauta do queijo, enfim, com as diversas pautas. O mercado deve agir com naturalidade, e o preço deve ser o da ocasião.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Dimas Rodrigues. Parabenizo V. Exa. pelo seu oportuno pronunciamento em defesa da agropecuária de Minas Gerais, notadamente a do Norte de Minas e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, regiões mais castigadas pela condição socioeconômica e onde a agropecuária é o principal setor econômico.

Já discutimos bastante o assunto relacionado à pauta na Comissão de Política Agropecuária. Agora, sob a Presidência de V. Exa., estamos levando à frente essa demanda, ou seja, a de diminuir e regionalizar a pauta. Para tanto, hoje estamos indo com V. Exa. e com o Deputado João Batista de Oliveira ao Secretário da Fazenda, a fim de sensibilizá-lo quanto à regionalização da pauta.

Peço, também, o apoio desta Casa a um projeto de nossa autoria em que propomos um desconto de 30% na pauta dos produtos agropecuários advindos dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, a fim de que possamos competir não só com outros Estados, mas também com outras regiões de Minas Gerais.

Portanto, Deputado Dimas Rodrigues, parabeno-o pelo seu pronunciamento e pela presença de V. Exa. à frente da Comissão de Política Agropecuária. Acreditamos que o senhor dará continuação ao excelente trabalho desenvolvido pelo Deputado João Batista de Oliveira naquela Comissão. Parabéns, Deputado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Agradeço as palavras do Deputado Márcio Kangussu, grande companheiro, grande defensor da política agropecuária. Quero dizer, Deputado Márcio Kangussu, que é mais do que justo esse benefício para as regiões do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Tenho a certeza de que todos os companheiros desta Casa vão aprovar o seu requerimento.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Gostaria, inicialmente, de cumprimentar V. Exa. por sua eleição para Presidente da Comissão de Agropecuária. V. Exa. se tem revelado, nesta Casa, defensor intransigente dos legítimos interesses da agricultura mineira. E tenho a certeza de que os seus trabalhos estão sendo a continuação do que já foi feito pelo dinâmico Deputado João Batista de Oliveira, que, durante esse tempo de mandato, pôde defender esses legítimos interesses nesta Assembléia Legislativa.

Quanto ao assunto focalizado por V. Exa. nesta tarde, também entendo que devemos, mais uma vez, buscar soluções efetivas para a solução da pauta do boi em Minas Gerais.

Tivemos um debate em que contamos com a presença de numerosos representantes de frigoríficos nesta Casa e pudemos tratar das justas reivindicações de todo o segmento.

O assunto é importante, por isso gostaria de fazer coro com as manifestações no que se refere ao Sul de Minas, tendo em vista que possuímos lá vários frigoríficos e estamos enfrentando os mesmos problemas, não somente na sua região, mas também na nossa.

Acredito que o eminente Governador, sensível como sempre foi, haverá de buscar solução junto ao seu Secretário, a mais adequada possível, a fim de que possam ser atendidas as justas reivindicações de todo o empresariado. Parabéns a V. Exa.!

O Deputado Dimas Rodrigues - Obrigado ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, grande Deputado, que tem aprovado projetos importantes para a sua região e para Minas Gerais.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Gostaria de parabenizar V. Exa., porque o conheço e tenho a certeza de que é um lutador e de que teremos uma continuação do trabalho feito pelo Deputado João Batista de Oliveira nessa Comissão tão importante desta Casa.

Nesta oportunidade, gostaria, também, de usar deste tempo para parabenizar o Deputado João Batista de Oliveira, que desde a primeira hora, desde o primeiro instante desta legislatura mostrou a importância dessa Comissão: conseguiu reviver, aprimorar, conseguiu dar vida a ela.

Lembrava ao companheiro Márcio Kangussu: isso é consciência pesada, porque tínhamos duas Comissões, teríamos de ficar com uma e acabamos ficando com a de Transporte? Não. Entendo que é o reconhecimento do trabalho do companheiro João Batista de Oliveira, um trabalho sério que foi feito ali. Por isso mesmo, tomo a liberdade, pela convivência que temos, de tomar este espaço de tempo no seu pronunciamento.

Quero também lembrar que a cidade de Crucilândia, bem como a região toda, não recebe sementes do Estado, para plantio, desde quando assumiu o Governo o Sr. Itamar Franco. Por que isso? Porque há anos e anos esta Casa, através da subvenção social, repassava para aqueles produtores as sementes. Hoje, sem subvenção social, Crucilândia e região estão sem sementes, porque o Governo e a Secretaria de Agricultura, até o momento, com todas as dificuldades que passa - não só ela, mas as outras também -, não tem tido como atender àquela região.

Ficam aqui as boas-vindas a V. Exa. e o agradecimento pela contribuição que o PDT deu, através do Deputado João Batista de Oliveira. Fica também o protesto da cidade de Crucilândia e região contra a falta de adubos e de condições de plantio, que sempre teve em Governos passados, mas, no Governo Itamar Franco, infelizmente, não está tendo. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Agradeço as palavras do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Tenho a certeza de que o Secretário Raul Belém vai atender as suas reivindicações.

Quero dizer, Deputado, que suceder aos Deputados João Batista de Oliveira e Paulo Piau não é fácil, mas acredito no que faço e tudo faço com determinação e garra. E tenho aqui nesta Casa, na nossa Comissão, grandes companheiros. Vamos fazer de tudo para levar essa Comissão, descentralizando os trabalhos desta Casa. Vamos, às 16 horas, nos reunir com o Secretário da Fazenda. Acreditamos muito nele, como também no Governador, que está sensibilizado para dar todo o apoio, toda a força à agricultura e agropecuária.

Temos certeza de que vamos acabar com as pautas do boi, do queijo e diversas outras em Minas Gerais. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos discutir um projeto sobre a mata Atlântica que chegou a esta Casa. É claro que temos alguns itens que devem ser esclarecidos não só para nós, que somos Deputados, mas também para a população de Minas Gerais. Primeiro, é bom lembrar que não existe, por parte da chamada Oposição, nenhum obstáculo em fazer com que esta Casa comece a votar projetos que aqui tramitam. Se levarem em conta que apenas 18 Deputados compõem a base de Oposição, vão chegar a um número de 59 Deputados na Situação. Vão reparar que a conta de somar ou de diminuir é muito fácil de ser feita. Se 77 Deputados foram eleitos e 18 estão na Oposição, como o Sr. Governador assim quis, sobram 59. É muito fácil a Situação colocar número suficiente de Deputados nesta Casa para votar não só este projeto da mata Atlântica como qualquer outro que interessa ao Governo. A situação hoje é que o próprio Governo do Estado não sabe quem está jogando pelo lado direito, quem está jogando pelo meio campo, quem está jogando pelo lado esquerdo. Cria-se esta imagem que, lamentavelmente, começa a atingir a todos nós. Estamos aqui marcando presença e cumprindo com o nosso dever. O que está faltando é presença da Situação. Isso fica como um alerta para o Líder do Governo. Com muita honra, pela primeira vez, tenho a oportunidade de dizer que fico feliz, primeiro, por sua volta a esta Casa, e, segundo, por estar liderando o Governo. O que acho difícil é haver o equilíbrio de pensamento entre V. Exa. e o atual Governo. Acho que mais cedo ou mais tarde haverá uma discordância. Desde janeiro do ano passado, fevereiro para ser mais preciso, várias mudanças já aconteceram. Naturalmente que torcemos para que esse Governo acerte seu passo. Estamos em Minas e queremos que Minas Gerais saia do terceiro lugar em arrecadação do País, perdendo até para o Rio de Janeiro. Há dois anos, estávamos em segundo lugar, perdendo apenas para São Paulo. Isso é sinal de que o Rio de Janeiro está tendo um Governo que está colocando em primeiro lugar o Estado do Rio de Janeiro. Depois vem o jogo político. Anthony Garotinho declara para toda a imprensa nacional que o salário mínimo do funcionalismo público estadual é de R\$400,00, enquanto o nosso mínimo continua sendo de R\$151,00. Com um aumento de 50% vai chegar a R\$226,50. Se o aumento de 50% prevalecer sobre os R\$151,00 que se paga hoje. É uma condicional. Tomara que seja aprovada a emenda que estamos apresentando, para que também Minas Gerais se orgulhe de dizer que o salário mínimo desse Estado será de R\$400,00. É o mínimo que se pode pagar a um funcionário, para viver ainda em dificuldades.

É muito fácil fazer as contas do que o cidadão ganha somente com o que come. É preciso lembrar que o povo não vive apenas para comer. Ele gasta energia elétrica, paga água, paga esgoto, tem que comprar roupa, porque não pode andar pelado, paga aluguel, paga tudo. Como se calcula o mínimo em cima do que se come? Para comer com esse mínimo, tem que ser batata, aquele feijão de terceira e aquele arroz que fica, mais ou menos, apenas com 3 horas de cozimento. E vai por aí fora. Tomara Deus que tenhamos aqui em Minas Gerais, o Estado da Independência, de Tiradentes e de Santos Dumont, um Estado que possa mostrar ao Brasil que esse tempo - um ano e quatro meses - que se perdeu será recuperado daqui para frente, com o Governo, em primeiro lugar, colocando Minas, e depois fazendo política. Concedo aparte, com prazer, ao Deputado Sávio Souza Cruz pela admiração que tenho por ele - não é demagogia, é verdadeiro, por isso estou falando de público.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Muito obrigado. A recíproca é verdadeira. Com espírito democrático, mas o seu pronunciamento tem um viés fortemente político, e isso me dá a oportunidade de também fazer observações de natureza política. Antes, porém, gostaria de fazer um reparo na sua informação. Hoje, a menor remuneração que o servidor do Estado recebe gira em torno de R\$250,00. Se a comparação está sendo feita com o Rio de Janeiro, os R\$400,00 de lá também são de remuneração, e não de salário-base.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Deputado, desculpe-me interrompê-lo, mas gostaria que o senhor falasse de salário e não de remuneração. A remuneração engloba vale-transporte, ajuda médica, etc.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Como ia dizendo, o salário em Minas é o mesmo que no Rio de Janeiro. A remuneração mínima no nosso Estado é da ordem de R\$250,00. Por outro lado, quando V. Exa. falou sobre a Situação e a Oposição, lembrei-me de uma observação. Ao chegar à Casa, como Líder de Governo, recebi do Governador a incumbência de mapear quem é Situação e quem é Oposição. Não tenho a clareza que V. Exa. parece ter de quem são e quantos são a base de Governo e de Oposição.

Em relação ao posicionamento frente ao Governo do Rio de Janeiro e mesmo frente ao Governo de Minas, sendo V. Exa. um Deputado do PFL confesso, tenho uma dificuldade maior de compreender, já que, ao que me consta, o seu partido no Rio de Janeiro faz oposição. Em Minas Gerais, embora V. Exa. se apresente como parlamentar de Oposição, não é novidade para ninguém que o PFL tem dois Secretários no Governo e, salvo engano, já teve dois Vice-Líderes neste Plenário.

O Deputado Alberto Bejani - Gostaria de esclarecer ao Líder do Governo que esses dois Secretários que lá estão são chamados da tal quota pessoal do Sr. Governador. Trata-se do único Governador no Brasil - e talvez no mundo - que tem quota pessoal.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Vou insistir em continuar meu aparte. É claro que se um militante, alguém que disputa eleição filiado a um partido, é convidado, e o partido faz, de fato, oposição, ele é chamado para abrir mão do cargo ou desfilial-se. Parece que não é esse o caso do comportamento do partido de V. Exa. frente ao Governo Itamar Franco.

Além do mais, dada a entusiástica defesa que V. Exa. faz do salário mínimo, estou concluindo - pois V. Exa. sabidamente é pré-candidato a Prefeito de Juiz de Fora - que V. Exa. já está também assumindo um compromisso de praticar o salário mínimo equivalente aos R\$400,00 para os servidores públicos de Juiz de Fora. A Assembléia poderá acompanhar o cumprimento desse compromisso, é claro, atualizado pela inflação que vier a ocorrer.

Finalmente, com relação ao comentário do projeto em pauta, trata-se de um projeto que permite ao Estado receber sem contrapartida e sem pagamento, pois não é um financiamento, é uma doação de um Banco alemão, que exigiu apenas que se consolidasse em lei o compromisso de que esse recurso seria usado exclusivamente na preservação da mata Atlântica. Por sinal, sua região ainda guarda alguns dos mais expressivos remanescentes do incrível ecossistema brasileiro.

Em função disso, não me é possível acreditar que algum Deputado votaria contra, pensando apenas na sua posição frente ao Governo, pois, nesse caso, estaria contrário ao Estado, sendo contra a mata Atlântica e a defesa do meio ambiente. Portanto, nesse sentido, acredito poder dar contribuição ao seu pronunciamento, reiterando o agradecimento pela forma democrática como V. Exa. me concedeu o aparte.

O Deputado Alberto Bejani - Gostaria de esclarecer ao Líder do Governo, Dr. Sávio, que fui Prefeito de 1989 a 1992, tendo deixado um gari ganhando quatro salários, que era o mínimo na Prefeitura de Juiz de Fora. Deixei o pagamento em dia, o salário de janeiro em dezembro pago. Qualquer pesquisa que for feita na cidade de Juiz de Fora dirá que fui o Prefeito que mais valorizou o funcionalismo municipal. E isso porque funcionário tem que ser tratado como gente.

Quando alguém chega ao balcão para ser atendido, no Estado ou nos municípios, o funcionário, às vezes, não atende bem, porque ali está apenas seu corpo, sua mente se encontra em sua casa, onde falta o medicamento para o filho, o aluguel se encontra atrasado, a energia elétrica será cortada. O funcionário é gente e tem as mesmas despesas de outro cidadão. Por isso, tenho moral para cobrar do Sr. Governador que pague com decência ao funcionário público estadual. Primeiro: prometeu em campanha. Ninguém é obrigado a prometer, mas, uma vez prometendo, é obrigado a cumprir. Segundo: falou-se, no início de seu Governo, que a prioridade seria o funcionário público estadual, mas o funcionalismo já se encontra há um ano e cinco meses sem aumento. E pelo andar da carruagem, o aumento de alguns centavos só ocorrerá em agosto, quase nos meados de seu Governo. Nada tenho contra o Sr. Itamar Franco, homem honesto, honrado, mas, administrativamente, não concordo com alguns atos de sua gestão.

Com relação à mata Atlântica, acho fantástico. A área que foi decretada como mata Atlântica, em Juiz de Fora, quando foi Senador da República o Dr. Itamar Franco, pertence a sua ex-esposa, D. Anelise, e é a mata do Krambeck.

O Deputado Ermano Batista (em aparte) - V. Exa., ao iniciar o seu pronunciamento, falou sobre a falta de vontade do Poder Executivo com relação à formação de "quorum" para a votação de matérias. Falou com muita propriedade, porque está patente o desinteresse do Chefe do Executivo de proporcionar a esta Casa condições de formar "quorum" para votar. V. Exa. falou, com muita propriedade, pois se o Líder do Governo nesta Casa não está agindo de forma a impedir a reunião, impedir a votação, também não faz nada para que ela aconteça. Tem diferença entre líder e chefe. Chefe é aquele que manda, que comanda, dando uma idéia de tribo. Mas o líder é aquele que impõe respeito pelo respeito que tem pelos seus liderados, é aquele que reúne, conversa. Ainda hoje disse-me um Deputado, e me permito repetir, sem endossar, que a Liderança do Governo nesta Casa aqui vem para mostrar que é exatamente um clone do Sr. Governador Itamar Franco.

O Sr. Governador Itamar Franco tem uma vocação tremenda para ditador. Assemelha-se ao Sr. Fidel Castro, a quem recebeu há pouco tempo, aquele cidadão que colocou no "paredão" todos aqueles que o ajudaram, confiando nas suas boas intenções. No momento em que viram que não procediam e discordaram, foram para o "paredão". O Sr. Itamar Franco está fazendo exatamente o que fez Fidel Castro com seus benfeitores. O PMDB lavou sua honra em Minas Gerais. A humilhação que sofreu em Brasília foi lavada por seu procedimento. Não é meu partido, mas tenho que louvar ou censurar, não sei o que deveria fazer. Pessoalmente, não sei se louvo ou censuro a subserviência do PMDB até há pouco tempo ao Sr. Itamar Franco. Mas ele, sim, tinha o dever de expressar gratidão, de reconhecer, e, no entanto, levou o partido a humilhar o Senador José Alencar, destituindo-o de uma Presidência, com a participação, até mesmo censurável, do então Secretário, Presidente do partido, Armando Costa. Depois, ele próprio humilha e encerra a carreira desse homem, passando-o para a história como desonesto.

Ilustre Deputado, ilustres pares, um homem que procede assim com aqueles que o ajudaram, o que não é capaz de fazer com nós outros, que nos opomos a ele? O Sr. Itamar Franco não tem interesse em que haja reunião e votação, porque quer, anseia, no primeiro plano, por colocar o povo de Minas contra esta Casa, dizendo que não anda, que os Deputados não trabalham. Mas a verdade é que deseja que os três cargos para os quais quer designar alguém continuem sendo exercidos de forma irregular. Há quatro requerimentos aqui que não deseja que sejam aprovados, porque exigem informações do seu Governo que não deseja prestar.

V. Exa. está corretíssimo, mais do que correto, quando diz que, se houvesse interesse do Governo, as reuniões aconteceriam, porque a Oposição aqui está, na mesma proporção de sua base, participando das reuniões e votações. A nós, como parlamentares, não interessa que esta Casa pare, mas que continue, porque somos o reflexo dos anseios da população, somos o som da voz do povo. E o povo está clamando, gritando, para que o Sr. Itamar Franco desça do pedestal do seu orgulho, de onde proclama a ociosidade desta Casa, quando, na verdade, ocioso é ele, que até hoje não começou a governar.

O Deputado Alberto Bejani - Muito obrigado, Deputado. Gostaria de prosseguir dizendo que nós, que somos Deputados, que fomos eleitos, temos a obrigação de fiscalizar, de denunciar, como denunciávamos a ladroagem que estava para acontecer na FHEMIG, com a lavagem da roupa. E tanto era verdade que, hoje, o próprio atual Secretário da Saúde confirma o rombo astronômico que teria acontecido se tivessem respeitado uma tal licitação com cartas marcadas, dando a Brasil-Sul, de Niterói, como vencedora.

Quando fomos a público e dissemos que as obras chamadas emergenciais, no Sul de Minas, não estavam com essas características, porque em estrada, a não ser que tenha mudado. A estrada do Sul de Minas também tem a mata Atlântica. Caminhando pelo Sul de Minas, encontraremos parte da mata Atlântica. Com relação a obras emergenciais, sei que o que impede a passagem de veículos é uma ponte ou um morro que caiu na estrada. Simples buracos não caracterizam a necessidade da obra emergencial. Por isso, mais uma vez, o Sr. Governador demitiu e afastou, para apurar.

O nosso trabalho nesta Casa é dizer, também, quando um projeto nos interessa. Esse projeto interessa-nos, mas como votaremos? Onde está a Situação, se ainda existe? De repente, meu Líder, só o senhor está representando a Situação nesta Casa. Não vejo os Deputados que defendem o Governo e que se dizem homens do Governo. Nós, da Oposição, não somos obrigados a formar "quorum" para votar. A nossa responsabilidade, que é com a população e não com o Governo, faz-nos estar aqui para votar e para mostrar que estamos sendo coerentes com o que prometemos quando da nossa eleição. Lamento. A V. Exa., Líder do Governo, que é meu vizinho no Edifício Tiradentes, com muito orgulho, digo que, ao me aproximar de V. Exa., aprendo um pouco mais, pois estou engatinhando na política, principalmente no Legislativo. Mas sou obrigado a dizer a verdade.

A TV Assembléia está mostrando à população as cadeiras vazias. Há menos de 15 Deputados presentes no Plenário, quando existem, nesta Casa, 77 Deputados. Não se pode culpar a Oposição, porque ela não é obrigada a compor "quorum" para a votação. Já assistimos à Situação lutar ferrenhamente a favor do Sr. Governador, até mesmo aprovando taxas para o povo pagar, ou seja, mais de 70 taxas, porque, naquele momento, queria defender o Governo. Lamentavelmente, veio a turbulência, em que o PMDB perdeu o P e, se bobear, perde o



resto das letras. Tiveram até de trazer, de Brasília, pessoas para negociar em Belo Horizonte. O pior é que o Governo pagou o avião. O que a população tem a ver com a briga de partidos em Minas Gerais?

O projeto da mata Atlântica é muito importante. A Situação deveria participar, a fim de aprovarmos esse projeto logo. Tomara que o aproveemos ainda hoje, porque nós, da Oposição, pensamos que é muito importante para Minas Gerais e para a preservação do que resta de mata neste Estado. Portanto, aos senhores do Palácio que estão nos assistindo, o meu boatarde. Digo aos senhores que nós, da Oposição, queremos votar esse projeto, mas vocês, da Situação, não querem. Quando dizem que o PFL é Governo ou não, apenas sei dizer com relação ao Deputado Alberto Bejani, que tem vergonha.

Quando o Governador tomou posse, e nós ainda não estávamos aqui, S. Exa. falou que o PFL e o PSDB tinham que ser Oposição. Sou um bom menino e estou obedecendo o Governador. Sou Oposição nas coisas irracionais. Não posso ser Situação e apoiar a retirada de 2.500 homens da Polícia Militar das ruas para colocá-los na lagoa de Furnas, para pescar lambari, porque tomar conta de lá não iria adiantar nada.

Não posso ser a favor de helicóptero ficar jogando rosas. Vamos ter que pintar esse helicóptero da Polícia Civil de cor-de-rosa, porque nunca vi isso na minha vida: helicóptero jogando florezinhas. Em Minas Gerais acontece de tudo. Não posso ficar a favor quando vejo o Governo do Estado usar 15 segundos e gastar R\$500.000,00 do povo deste Estado para falar para o Brasil, para fazer campanha para pessoa e não divulgando o nosso Estado, porque, se divulgasse, seria uma vergonha. O nosso Estado conseguiu passar para o terceiro lugar, perdendo para o Rio de Janeiro em arrecadação.

Era isso que gostaria de falar. Quero dizer ao Líder que essa é uma discussão política. Pessoalmente, sou um eterno admirador de V. Exa. Não sei qual é o santo do Governador, deve ser Santo Antônio, mas peço a ele que o proteja e faça com que ele tenha V. Exa. como Líder até o final do seu Governo. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Sr. Presidente, as manifestações que ouvi desde a primeira fase me levam a algumas ponderações. Primeiro, foi discutido aqui o papel da Liderança do Governo. Seguramente, a Liderança do Governo não é se prestar ao papel que se prestou o Deputado Artur Virgílio no Congresso Nacional, de assumir por escrito um compromisso, assinado por todos, de marcar uma data para apreciação e depois descumprir-la com ares de deboche e escárnio. Essa é uma postura que diminui o papel da Liderança de Governo. Senti, e já manifestei publicamente a respeito da matéria, uma certa surpresa de que parte da Casa e até parte da imprensa pensasse ser papel da Liderança de Governo a questão da composição do "quorum". Na minha avaliação, a composição do "quorum" é uma obrigação que, simultaneamente, têm o coletivo da Casa e cada um dos Srs. Deputados, porque, quando fomos à casa de cada um dos mineiros buscar a delegação para estarmos aqui falando em seu nome, temos que estar à altura dessa delegação e fazer-nos presentes para votarmos "sim", "não" ou em branco. Mas estar aqui é uma obrigação. Cheguei até a usar a expressão de que não vejo o papel do Líder como um bedel das escolas antigas, que buscava os alunos que matavam aulas. Os Deputados são maiores, são responsáveis e sabem dos compromissos que têm com seus eleitores e com Minas Gerais. Causa-me estranheza esse papel.

A respeito do pronunciamento do Deputado Ermano Batista, parece-me contraditório, porque, ao mesmo tempo em que ele fala que quer jogar a opinião pública contra a Casa, forçando que não se vote, ele fala que é contra a subserviência. Se fosse o desejo do Governador que a Casa não votasse e se ele é contra a subserviência, deveria estar participando do esforço para que se votasse, para mostrar que a Casa não é subserviente ao Governador Itamar Franco. Portanto, em relação às instituições, à Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado, o julgamento final é o julgamento da sociedade, que deve avaliar quem está cumprindo o seu papel.

Estranha-me muito a conversa do Deputado Ermano Batista a respeito de que estaria negociando. Negociando o quê? Subvenção social? Se for o caso, não a teremos. Aliás, já que o Deputado Ermano Batista tem essa longa experiência na área, uma vez que esteve aqui tanto tempo, durante a vigência da instituição da subvenção social, poderia trazer sua documentação para que possamos fazer um juízo sobre a conveniência ou não desse instituto. Seria um juízo público, pois já tenho o meu: sou absolutamente contrário a ele, assim como, acredito, a grande maioria do povo de Minas.

Também considero engraçado um parlamentar do PSDB usar a imagem de povo clamando na rua, pois, no que diz respeito a esse partido e ao Presidente, esse povo está nas ruas sempre para vaia, jogar ovo podre, etc. Por outro lado, esse mesmo povo está sempre sendo barrado, como aconteceu com os índios. Já o Governador Itamar Franco, em um gesto histórico, entrou na Praça Tiradentes, puxando uma passeata, acompanhado pelo povo.

Com relação às pétalas de rosa, acredito que causem estranheza a certos Deputados, uma vez que os partidos que defendem preferem jogar pedras, tiros e guardas a flores. Nos dois anos em que se processou a comemoração da Inconfidência Mineira em Tiradentes, no Governo Itamar Franco, a população presente, que acompanhava a festa comemorativa de nosso herói maior da história, símbolo da nacionalidade, foi brindada com pétalas de rosa, a partir de um gesto espontâneo da Polícia Civil. Quem tem a visão deles deve estranhar o fato de o povo ser bem tratado e considerado prioridade, como acontece no Governo Itamar Franco. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos discutir o projeto estribado na mensagem do Sr. Governador, que solicita tramitação em regime de urgência para o projeto de lei que autoriza o Estado a contratar colaboração financeira para os fins que menciona e dá outras providências. Em síntese, é uma proposta de empréstimo a fundo perdido, a um Banco alemão, para a recuperação da Mata Atlântica, com uma contrapartida do Governo de Minas Gerais.

No projeto de lei temos o art. 1º, pelo qual fica o Estado de Minas Gerais autorizado a contratar colaboração financeira com o Banco KFW, até o limite de 15 milhões de marcos alemães, destinados à implementação do Projeto de Proteção da Mata Atlântica - Pró-Mata-Minas Gerais.

Pelo art. 2º, parágrafo único, o projeto deverá ser implementado em quatro anos. Ainda pelo art. 2º, a contrapartida do Estado corresponde a 19 milhões e 950 mil marcos alemães, a qual se efetivará com recursos próprios do Instituto Estadual de Florestas.

No art. 3º, os recursos obtidos por meio da colaboração financeira de que trata essa lei serão objeto de contrato com o Banco alemão e serão depositados em instituições financeiras que centralizem a receita do Estado em conta especial, aberta para essa finalidade, cuja identificação será comunicada pelo Poder Executivo à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa, no prazo de 30 dias contados de sua abertura.

Isto nos agrada: a Assembléia Legislativa participando, o Poder Legislativo incluído. Gostaríamos até de homenagear o Governador, porque se está lembrando da Assembléia para fazer um negócio regular.

O Deputado Ivo José (em aparte) - Não pretendo falar muito, mesmo porque esse projeto não merece longas discussões, uma vez que foi exaustivamente discutido nas comissões. Tive oportunidade de votar favoravelmente a ele. Na verdade, estamos passando da hora de votá-lo e precisamos dar agilidade a projeto de tamanha importância para a finalidade a que se propõe, que é a recuperação das reservas florestais da mata Atlântica. Como Deputado que atua na região da bacia do rio Doce e como 1º-Secretário da CIPE Rio Doce, tenho o maior interesse em vê-lo aprovado, assim como as populações que o aguardam ansiosamente.

É nesse sentido que gostaria de fazer esse registro, Deputado. Quero também informar que amanhã os Deputados integrantes da CIPE Rio Doce, Deputados Mauro Lobo, José Henrique, e eu estaremos juntos com Deputados do Espírito Santo, em audiência no Ministério do Meio Ambiente, às 11 horas, em Brasília, justamente para cobrar do Governo Federal o cumprimento das emendas aprovadas no orçamento voltadas para a recuperação da bacia do rio Doce e até hoje não implementadas. Então, queremos, além desses recursos do Pró-Mata, também ver a implementação daquilo que está no orçamento federal, previsto para a bacia do rio Doce.

Quero, ainda, informar ao Presidente que, neste momento, vai ter início uma reunião com o Colégio de Presidentes de comissão, no Salão Nobre. São 14 Presidentes de comissão, por isso gostaria que V. Exa. considerasse a presença desses Deputados nesta reunião, para efeito de "quorum".

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaria de agradecer o aparte do Deputado Ivo José, que está nos alertando para esse outro projeto com relação ao meio ambiente e à conservação da bacia do vale do rio Doce, muito importante para os mineiros e com o qual fazemos coro. A Situação e a Oposição, nesse caso, estão de mãos dadas.

Muitas vezes, Deputado, embora essa discussão se tenha esgotado nas comissões, principalmente a de Meio Ambiente, sempre, por questão de tramitação, vem ao Plenário, e nós, que não somos da Comissão, temos oportunidade de manifestar também o nosso apoio.

Vimos aqui não com o espírito de nos contrapor ao projeto, mas de expor e de gastar o tempo necessário, porque, à medida que vamos discutindo o projeto, vamos tendo uma visão cada vez melhor dele e conhecendo todos os seus aspectos.

Então, no art. 5º, fica o Poder Executivo autorizado a conceder garantia para a realização da colaboração financeira.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Deputado Hely Tarquínio, a Presidência interrompe V. Exa. apenas para responder ao Deputado Ivo José que a sua solicitação não encontra amparo no Regimento Interno. Portanto, deixará de atendê-lo, infelizmente.

O Deputado Hely Tarquínio - Pois não, Presidente. V. Exa. é a autoridade máxima, e tem todo o direito de, a qualquer hora, interromper o Deputado, desde que dentro do Regimento Interno, para esclarecer qualquer dúvida. Agradeço a sua intervenção.

Então, o art. 5º diz: "Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a garantia para realização prevista, mediante vinculação de cotas do fundo de participação do Estado. Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário".

Com relação a essa proposta, logo a seguir vem a fundamentação do Sr. Secretário, que autoriza o Estado a contratar colaboração financeira, assinada por Manoel da Silva Costa, Secretário do Planejamento, naquela oportunidade. Faz aqui uma exposição, onde justifica a utilização desse dinheiro, com a contrapartida, e a maioria é a fundo perdido. Acreditamos que esse projeto relacionado ao meio ambiente, à Mata Atlântica - principalmente a que vem de São Paulo e entra no Sul de Minas Gerais -, durante esses quatro anos estará sendo materializado para protegê-la e conservá-la. Logicamente, isso vai favorecer o nosso ecossistema.

Quem ganha é a sociedade como um todo. Há um trabalho bem fundamentado e que justifica essa operação. A Oposição está aqui para discutir e votar favoravelmente.

Quando se fala em meio ambiente, preocupa-me o meio ambiente ecológico, que é a grande casa onde moramos. É o estudo dos ecossistemas, de onde nos encontramos, o ambiente físico, mas temos algo muito mais importante, que também nos preocupa, como representantes do povo, e talvez seja o mecanismo que mostra todas as desigualdades da sociedade, que é a ecologia social.

A ecologia social tem que ser abordada não só dentro de Belo Horizonte, mas nas diferentes regiões do Estado e até mesmo dentro de 5.000m², como por exemplo em condomínios de luxo, com muita segurança e toda a eletrônica a seu serviço. Do lado de fora, temos muitos miseráveis, sem emprego, carentes, sem saneamento básico, confundindo o meio ambiente. Quando falamos "confundindo" não o fazemos no sentido pejorativo de que o pobre não pode se misturar com o rico. Mas é isso que nos preocupa. Os teólogos também vivem muitas vezes preocupados com o problema da administração do poder temporal, além da administração do poder permanente, que é Deus.

Como Deputados, temos que nos preocupar, sim, com a ecologia social do Estado, principalmente no Norte de Minas, no Jequitinhonha, que é exatamente esse fenômeno que globaliza tudo e tem realmente a confusão de um projeto neoliberal, um projeto do mundo, não do Brasil, que traça uma demarcação forte, dividindo a sociedade perversamente entre pobres e ricos.

Muito nos preocupa essa ecologia social que discrimina as pessoas. Quem sabe em um tempo mais rápido o nosso Governador possa conseguir para Minas Gerais recursos, quem sabe até a fundo perdido, para investir nas nossas diferenças sociais. Ai, sim, na medicina preventiva, que vai impedir a incidência de doenças, principalmente naqueles mais desfavorecidos pela sorte, para se evitar aquele "apartheid" que predomina na maioria das grandes cidades, nas favelas. Vivemos no mesmo ecossistema social ou no mesmo sistema social físico com essas diferenças marcantes, contraditórias, entre ricos e pobres. Mas é lógico que essa é uma solução difícil, para a qual o País tem que percorrer um caminho ainda muito difícil, em médio e longo prazos. Quando se fala em ecologia, lembramos principalmente dessa ecologia social. Queremos diminuir essas diferenças, dando melhores condições de vida às populações mais carentes.

O mecanismo básico para melhorarmos essa ecologia social seria realmente a cultura da educação. Essa educação que já tem 25% do orçamento especificamente consignado na Constituição. Essa educação, temos a certeza, com o tempo, vai sendo implementada cada vez mais com qualidade. Para isso temos o empenho do Ministério da Educação, que já fez uma série de modificações, de quatro anos para cá, que está melhorando a educação no Brasil.

Estamos diante de outra discussão. Há os desdobramentos. Desdobramentos que levam o Presidente da República a buscar a lei de responsabilidade fiscal para somar a outros dispositivos, no sentido de melhorar as regras da administração pública, para diminuir as diferenças entre pobres e ricos. E só há uma forma: essa educação que está implantando também, já no estudo fundamental, no estudo médio uma série de medidas que não tem exclusão. Embora haja, muitas vezes, inúmeras reclamações, esse processo é longo, requer tempo. Para o nível superior, já estão existindo os exames para comprovar a eficiência das escolas superiores.

Sr. Presidente, gostaria de continuar, mas, como V. Exa. pode verificar, não temos "quorum" para a continuação da reunião. Daqui dá para contar. Temos 10 Deputados em Plenário. Com o "quorum" que existe nas comissões temáticas, não há número para a continuação da reunião. Pedimos que encerre, de plano, a reunião, para continuarmos depois a discussão sobre ecologia.